



# Os Cadernos Nacionalistas do Ipês e a luta ideológica no mercado editorial do pré-1964

*Camila Alvarez Djurovic*



## resumo

O artigo propõe uma análise dos aspectos da campanha anticomunista e das propostas reformistas desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) a partir da Coleção Cadernos Nacionalistas, publicada pela entidade entre 1964 e 1965. Observando os pontos de convergência e divergência entre este projeto editorial e a Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, promovida pela Civilização Brasileira de 1962 a 1964, busca-se abordar a luta ideológica no contexto que envolveu o Golpe de 1964, suas reverberações no mercado editorial brasileiro do período e, mais especificamente, na atuação de dois proeminentes editores: Ênio Silveira e Octalles Marcondes Ferreira.

---

**Palavras-chave:** Cadernos Nacionalistas; Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês); Golpe de 1964; anticomunismo; reformas de base.

## abstract

*The article proposes an analysis of aspects of the anticomunist campaign and the reformist proposals developed by the Institute of Research and Social Studies (Ipês) based on the Cadernos Nacionalistas Collection, published by the entity between 1964 and 1965. Observing the points of convergence and divergence between this editorial project and the Cadernos do Povo Brasileiro Collection, promoted by Civilização Brasileira from 1962 to 1964, seeks to address the ideological struggle in the context that involved the 1964 Coup, its reverberations in the Brazilian editorial market of the period and, more specifically, in the actions of two prominent editors: Ênio Silveira and Octalles Marcondes Ferreira.*

---

**Keywords:** *Cadernos Nacionalistas; Institute of Research and Social Studies (Ipês); 1964 Coup; anticomunism; basic reforms.*

**D**iante do conturbado contexto político e social do início da década de 1960, o financiamento e a edição de publicações tiveram um papel fundamental para os grupos organizados à esquerda e à direita, auxiliando nas tarefas de propaganda ideológica, formação política e mobilização popular.

A encruzilhada histórica que precedeu o Golpe de abril de 1964 se traduz bem no campo editorial por meio de dois projetos diametralmente opostos, mas com intrigantes pontos de conexão: de um lado, a série *Cadernos Nacionalistas*, editada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), de 1964 a 1965; de outro, a *Coleção Cadernos do Povo Brasileiro*, publicada entre os anos de 1962 e 1964 pela *Civilização Brasileira*.

Tais projetos se expressam, em diferentes medidas, na trajetória de dois importantes editores brasileiros do século XX: Octalles Marcondes Ferreira e Ênio Silveira.

A história tem início em 1932, quando a *Companhia Editora Nacional*, sob o comando de Octalles Marcondes Ferreira e do seu irmão, o banqueiro Fenício Marcondes Ferreira, adquiriu parte das ações da *Civilização Brasileira* – editora fundada em 1929 no Rio de Janeiro. A partir de então, a *Civilização Brasileira* passou a atuar como uma filial da *Editora Nacional*, ocupando posição estratégica na distribuição de suas publicações no Rio de Janeiro e na produção de livros de literatura. Essa divisão permitiu que

---

**CAMILA ALVAREZ DJUROVIC** é mestre em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.



a matriz paulista concentrasse esforços nos livros infantis e didáticos – nicho comercial que fez da Editora Nacional uma das maiores do país até a década de 1970 (Silva, 2019, p. 81).

Em 1951, Ênio Silveira, então diretor editorial da Nacional, foi convidado a assumir a direção da Civilização Brasileira no Rio de Janeiro. O jovem editor possuía um estreito laço familiar com o proprietário das companhias: era casado com Cléo Marcondes Ferreira, filha de Octalles. Com sua entrada na Civilização Brasileira – primeiro como diretor e depois como sócio – a filial foi gradualmente tornando-se uma das principais editoras do país. Sob a administração de Ênio, o selo passou por uma grande reformulação, constituindo um catálogo de primeira linha baseado em temas das ciências humanas, com seletos autores vinculados ao pensamento marxista e às teses do Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-1964), o centro governamental de pesquisas e projetos políticos ligados ao nacional-desenvolvimentismo.

Dentre as coleções mais emblemáticas idealizadas por Ênio Silveira e lançadas pela Civilização Brasileira está a Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, editada entre 1962 e 1964. Correspondendo à fase de radicalização política do país, a coleção voltou-se para as pautas progressistas mais candentes do momento: a defesa da reforma agrária, da cultura popular, do anti-imperialismo e da luta democrático-popular de caráter socialista (Lovatto, 2013). Publicada em formato de bolso, com linguagem popular e títulos provocativos, a coleção lançou em seu primeiro ano livros como *Que são as ligas camponesas?*, de Fran-

cisco Julião, *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré, *Quem dará o golpe no Brasil?*, de Wanderley Guilherme, e *Por que os ricos não fazem greve?*, de Álvaro Vieira Pinto, que atingiu a surpreendente marca de 100 mil exemplares vendidos (Lovatto, 2013, p. 158).

Apesar do impressionante sucesso comercial da empreitada, Octalles Marcondes Ferreira, sogro e patrão, há muito desaprovava as publicações esquerdistas de Ênio Silveira. Paralelamente ao agravamento da situação política do país, as diferenças ideológicas entre os dois editores se tornaram cada vez mais acentuadas e, segundo Hallewell (2012, p. 597), “os Cadernos do Povo Brasileiro parecem ter sido a gota d’água”. A solução encontrada por Octalles foi oferecer a Ênio a oportunidade de comprar sua parte das ações e assumir definitivamente o controle da Civilização Brasileira, o que lhe conferiria total autonomia para a execução de seus projetos. Encerrou-se assim, em 1963, o vínculo entre as duas companhias.

Na verdade, a distância entre as convicções políticas e ideológicas entre os dois editores era ainda maior do que poderia parecer à primeira vista. Embora Octalles fosse conhecido por seu posicionamento conservador moderado, ele estava, assim como Ênio, engajado nas disputas de seu tempo: discretamente, ofereceu apoio técnico e financeiro ao programa editorial do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o Ipês, um dos principais articuladores do movimento que culminou no Golpe de 1964.

A atividade editorial do Ipês desenvolvida ao longo do governo de João Goulart (1961-1964) teve como tática recorrente a apropriação das formas de luta da



esquerda, a distorção de seus discursos e a mimetização de seus instrumentos de expressão cultural e de formação política. Como parte dos esforços para justificar suas atribuições enquanto um “instituto de pesquisas” e se inserir no debate público da época, o Ipês desenvolveu uma série de folhetos sobre temas políticos contemporâneos que foi provavelmente inspirada na exitosa experiência dos Cadernos do Povo Brasileiro. Nos mesmos moldes da coleção idealizada por Ênio Silveira, Cadernos Nacionalistas tinha como objetivo intervir na realidade política do país e esclarecer o leitor comum sobre temas e debates em pauta no momento – desta vez sob a ótica do projeto político das frações civis e militares organizadas para a tomada do poder.

Mas, antes de abordar as especificidades dos Cadernos Nacionalistas, é importante caracterizar brevemente a formação e a trajetória do Ipês, assim como as condições de produção e circulação de suas publicações.

## A AÇÃO EDITORIAL DO IPÊS

O Ipês foi oficialmente fundado em 1962 por grupos de empresários e militares de alta patente organizados inicialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Professando um caráter técnico-empresarial, supostamente neutro e apartidário, ele se apresentava publicamente como uma alternativa ao Iseb<sup>1</sup>, cujas teses,

como vimos, foram amplamente divulgadas por meio dos projetos editoriais de Ênio Silveira.

A pretexto da incompatibilidade entre os interesses da elite empresarial e a agenda nacional-reformista sustentada por João Goulart e seus aliados, o Ipês promoveu, nesse período, uma série de ações clandestinas visando à desestabilização do governo, tais como o financiamento de parlamentares e grupos oposicionistas, a infiltração em movimentos populares e a disseminação de propagandas anticomunistas através de diversos meios de comunicação.

Nas listas de membros e financiadores do instituto figuravam militares, políticos e empresários dos mais diversos setores produtivos, que juntos representavam a principal força socioeconômica atuante no país. Assim, a criação de um grupo de trabalho destinado exclusivamente à atividade editorial foi incentivada e facilitada por alguns associados e simpatizantes que eram proprietários, diretores ou intimamente ligados ao ramo editorial e papelero. Embora não participasse formalmente dos quadros sociais do Ipês, Octalles Marcondes Ferreira contribuiu com este grupo, estabelecendo parcerias para a edição de publicações alinhadas à orientação política e ideológica do instituto e oferecendo serviços subsidiados da sua empresa.

A Companhia Editora Nacional não era a única implicada neste complexo circuito. Além de editar seus próprios impressos, o Ipês atuou como financiador e difusor de publicações editadas por terceiros, tendo estabelecido convênios com ao menos 22 editoras brasileiras dos mais diferentes perfis. O cruzamento dessas

---

1 Na visão dos ipesianos, o Iseb se caracterizava como um “órgão de ação subversiva”, tendo sido concebido “como uma réplica” da Escola Superior de Guerra “com a finalidade de neutralizar os seus ensinamentos” (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964a, p. 12).

informações com os dados disponíveis sobre o mercado editorial da época mostra que, às vésperas do golpe, 30% do estoque de livros no Brasil pertencia a editoras envolvidas com o Ipês e que aproximadamente um quarto das mais reconhecidas casas editoriais em funcionamento na primeira metade dos anos 1960 colaborou de alguma forma com o instituto (Djurovic, 2021, p. 139)<sup>2</sup>.

Embora o nome do Ipês não constasse nos créditos das publicações organizadas por tais editoras, era ele quem realizava a encomenda das obras compatíveis com seus interesses políticos e arcava com parte dos custos de produção. Podia, por exemplo, pagar os direitos autorais, a tradução, a impressão ou até mesmo garantir a compra de um determinado número de exemplares.

Parte do volumoso conjunto de publicações pertencentes ao circuito ipesiano também foi viabilizada por meio de financiamento estrangeiro – sobretudo através do convênio estabelecido entre o instituto e o Book Development Program, da United States Information Agency (Usia), uma agência diplomática do Departamento de Estado dos EUA<sup>3</sup>. A obra *1984*, de George Orwell, foi uma das financiadas por meio

deste acordo, tendo sido publicada pela Companhia Editora Nacional, do “editor amigo” Octalles Marcondes Ferreira<sup>4</sup>. Em casos como esse, os nomes do Ipês e da Usia eram omitidos dos créditos das publicações, que eram lançadas como se fossem projetos exclusivamente idealizados e realizados pelas editoras associadas. Essa estratégia de ação política clandestina tinha por objetivo, justamente, dificultar a identificação da verdadeira rede de financiamento por trás desse circuito editorial.

## OS CADERNOS NACIONALISTAS: VISÃO GERAL

Os Cadernos Nacionalistas foram editados e lançados pelo Ipês logo após os acontecimentos de 1º de abril de 1964, como parte de uma Campanha de Educação Econômica promovida pela sede paulista com o objetivo de “estudar e selecionar matérias de divulgação econômica”. O relatório referente às atividades do Grupo de Publicação e Editorial naquele ano reportou a atividade aos associados do instituto da seguinte maneira:

“Apesar da mobilização do Ipês nos primeiros meses do ano para os *objetivos*

---

2 Destacamos aqui editoras como Abril, Record, Agir, Ipanema, Vozes, Itatiaia, José Olympio e Saraiva.

3 A Usia atuou junto aos países subdesenvolvidos servindo aos propósitos da política externa e da guerra cultural traçadas pelo governo estadunidense no âmbito da Guerra Fria. O Book Development Program, ou Programa de Fomento ao Livro, vigorou no Brasil entre 1953 e 1973 com a finalidade de estimular a produção editorial e a circulação de publicações alinhadas à política cultural estadunidense. Em linhas gerais, o programa oferecia às editoras locais uma lista de textos originais em língua inglesa para os quais cedia gratuitamente os direitos autorais e a tradução (Oliveira, 2015).

---

4 Por sua crítica ampla ao totalitarismo, o conjunto da obra de Orwell foi alvo de disputa no período da Guerra Fria, sendo capturada pelo imaginário tanto da esquerda quanto da extrema direita. As obras de Orwell foram introduzidas ao público brasileiro no contexto de intensa polarização política, tornando-se mais um exemplo da estratégia de apropriação das críticas ao governo soviético vindas da esquerda “não alinhada” para fins de propaganda ideológica anticomunista (Djurovic, 2020).



da Revolução e, após o 31 de março, para assegurar o Governo Revolucionário, inclusive, colocando-o à sua disposição o melhor de seu material humano, foi iniciada a *Campanha de Educação Econômica*, de acordo com o planejamento de um programa de atividades para 1964. Neste ano, a Campanha concentrou-se na tarefa complexa de estudar e selecionar matérias de divulgação econômica, publicando-as sob a forma de *folhetos de bolso práticos e de leitura acessível ao maior número*. Foram assim iniciadas em 1964 as publicações de quatro séries de folhetos;

1. Economia para Todos
  2. Temas da Hora Presente
  3. Administração Humana
  4. Cadernos Nacionalistas”
- (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964b, grifos nossos).

No conjunto das quatro coleções promovidas no âmbito da Campanha de Educação Econômica e publicadas sob a forma de “folhetos de bolso práticos e de leitura acessível”, os Cadernos se destacam por sua proposta editorial híbrida, que conjuga títulos abertamente anticomunistas, de autores brasileiros e estrangeiros, a escritos dos intelectuais ipesianos voltados ao debate das reformas de base. Ao menos seis títulos pertencentes à série foram lançados entre 1964 e 1965, sendo eles: *Infiltração comunista no Brasil* (nº 1), uma coletânea de textos publicada originalmente na revista *Este & Oeste; Os verdadeiros reacionários* (nº 2), de Oscar Schvarzberg; *Como lidar com os comunistas* (nº 3), de Wilhelm Roepke; *O árduo caminho da reforma agrária* (nº 4), de

José Setzer; *Reforma universitária* (nº 5), de A. C. Pacheco e Silva; e *Estratégia e tática comunista para a América Latina* (nº 6), de Eudócio Ravines.

Essa linha editorial se diferenciava das demais coleções da Campanha (Economia para Todos, Temas da Hora Presente e Administração Humana), que priorizavam textos relacionados ao campo do pensamento liberal – em sua maioria, traduções de autores estrangeiros ligados aos *think tanks* que disseminavam a Escola Austríaca na América Latina, tais como o Cato Institute, o Mises Institute e a Mont Pelerin Society<sup>5</sup>. Tal conjunto poderia ser considerado menos comprometedor, na medida em que correspondia melhor à estratégia propalada pela entidade de manter uma imagem pública supostamente comprometida com os valores democráticos e com propósitos educacionais.

Mas um aspecto interessante revelado pelo relatório citado anteriormente é que, à altura da publicação daquelas quatro coleções, o Ipês já pouco se preocupava com a vinculação de suas atividades ao movimento conspiratório

---

5 As demais coleções eram compostas dos seguintes títulos: [Economia para Todos] *Livre empresa e desenvolvimento econômico* (Ralph Husted); *A Europa e os países novos em desenvolvimento; Pleno emprego, intervencionismo e inflação* (F. A. Hayek); *Monopólio e concorrência* (Bradford B. Smith); *Por que os salários compram cada vez menos* (W. P. Krause); [Temas da Hora Presente] *Política monetária* (Luis Montes da Oca); *A propriedade: fator imprescindível do progresso* (Alberto Benegas Lynch); *Educação popular, fator primordial do desenvolvimento e da paz social* (José Joaquin Salcedo); *O problema da demografia nos países subdesenvolvidos* (Olavo Baptista Filho); [Administração Humana] *A verdade sobre a revolução industrial* (Ludwig von Mises); *Carta aos homens de empresa* (Jacques Rueff); *Teoria e prática da gerência nas nações em desenvolvimento* (States M. Mead); *As forças econômicas e sociais que influem no clima de administração* (Enrique Sanchez).

para a derrubada do governo, deixando claro que a entidade havia se mobilizado, desde os primeiros meses do ano, para “os objetivos de Revolução” e, após sua consumação, para a manutenção do “Governo Revolucionário”. Talvez isso explique o fato de os Cadernos Nacionalistas terem sido abertamente assinados pelo instituto, exibindo na contracapa o seu logotipo (Imagem 1), ao contrário da maior parte dos impressos que haviam sido distribuídos no período imediatamente anterior ao golpe.

No aspecto material, as brochuras dos Cadernos apresentavam um tratamento editorial simples e impressão em papel de menor qualidade, o que provavelmente pode ser atribuído à necessidade de reduzir os custos de produção e ampliar a tiragem das impressões. Observando o conjunto, nota-se uma identidade visual comum. Na capa de fundo neutro tem destaque, ao centro, o título da obra,

atravessado, na diagonal da direita para a esquerda, por uma faixa verde e amarela. Além da evidente referência ao nacionalismo, manifestado nas cores da bandeira nacional, a arte gráfica escolhida pelo Ipês parece buscar exprimir visualmente uma ideia de modernidade, racionalidade e neutralidade.

## **ANTICOMUNISMO E AS PROPOSTAS REFORMISTAS DO IPÊS**

Embora no presente texto não possam ser apresentadas de forma detalhada as análises que compõem os volumes da coleção, bem como a especificidade de cada tema e autor, vale a pena destacar alguns aspectos que são reveladores da ideologia ipesiana e de seu projeto político para o país. Observando as temáticas abordadas na totalidade dos Cadernos Nacionalistas, destacam-se duas que eram recorrentes



Capa e contracapa da 4ª edição dos Cadernos Nacionalistas.  
Fonte: Reprodução da autora



em suas páginas: a ameaça comunista e as chamadas reformas de base.

De uma maneira geral, todos os CADERNOS trabalharam com a difusão do anti-comunismo. Mas alguns serviram mais diretamente a este propósito, como é o caso do terceiro número lançado pela coleção, *Como lidar com os comunistas*, do influente economista liberal alemão Wilhelm Roepke, e do sexto número, *Estratégia e tática comunista para a América Latina*, do jornalista e militante anticomunista peruano Eudócio Ravines. Ambos consistem em manuais práticos com o objetivo de identificar a esquerda com o totalitarismo e preparar o leitor para um possível confronto com a “ameaça vermelha”. Os textos têm como premissa identificar os elementos históricos e destrinchar a “real” natureza dos regimes comunistas, partindo da máxima de que é preciso conhecer as teorias e estratégias do inimigo para então combatê-lo.

Mas foi *Infiltração comunista no Brasil*, primeiro número lançado pela coleção, o que apresentou a proposta mais radicalizada e direcionada ao público leitor brasileiro. O texto foi resultado de uma seleção de artigos publicados em diferentes números da revista *Este & Oeste*, a versão em espanhol da publicação anticomunista editada quinzenalmente pelo Bulletin de l'Association d'Etudes et d'Informations Politiques Internationales (Beipi). O jornal comandado por Georges Albertini era sediado em Paris, mas possuía sucursal na Venezuela, de onde era difundida a panfletagem anticomunista e antissoviética com enfoque na América Latina.

Para efeitos práticos, este volume elaborado pelo Ipês reunia denúncias

sobre a infiltração de agentes comunistas internacionais nos mais diversos órgãos e escalões do governo Goulart, bem como em organizações da sociedade civil, dentre sindicatos, órgãos da imprensa, movimento estudantil e até mesmo em setores das Forças Armadas e da Igreja. Além de inúmeras acusações nominais dirigidas a membros e lideranças ligadas a esses setores sociais, a brochura traz, para fins didáticos, um organograma das “Organizações auxiliares do aparelho de subversão comunista no Brasil”, representando visualmente as supostas ligações de 13 movimentos sociais, partidos e sindicatos brasileiros a organismos comunistas internacionais.

No Brasil, a caracterização da “ameaça externa” ganhou novo impulso no período da Guerra Fria – em especial, após a vitória da Revolução Cubana, em 1959. Durante o governo Goulart, essa ideia, tal qual tipificada pela Escola Superior de Guerra, saltou definitivamente para fora dos círculos militares. Assim, tomou força o discurso de que o país viveria um estágio “pré-revolucionário”, estando na mira dos “imperialistas vermelhos”. As afirmações baseavam-se, na maior parte dos casos, no argumento de que a aliança política estabelecida entre o presidente João Goulart e o Partido Comunista do Brasil (PCB) resultara na infiltração de agentes a serviço do regime soviético dentro dos próprios aparatos governamentais, que gradualmente estariam se transformando em “organizações subversivas”. Embora fosse muito difícil afirmar diretamente que Goulart era, ele próprio, um comunista, a associação de sua imagem à “ameaça vermelha” que

permeava o imaginário daquele mundo polarizado pela Guerra Fria bastava para construir o discurso de legitimação do golpe de Estado:

“É inútil que o Sr. Goulart seja rico e não figure nas listas do Partido Comunista. Isso não impede que desde seu advento em 1961, o Presidente admitisse a formar parte das pessoas que o rodeiam, certas figuras significativas que ali continuam e que, para os comunistas e a opinião comunizante, ocupam lugares escolhidos a fim de influenciar a política [...]” (*Infiltração comunista no Brasil*, 1964, p. 6).

Ao lado dos textos propriamente anticomunistas, os Cadernos Nacionalistas também dedicaram dois volumes ao tema das reformas de base, programa de desenvolvimento econômico e social que, desde que assumido como bandeira do governo João Goulart, tornou-se o principal objeto da disputa política mais imediata travada pelo Ipês. Embora se enquadrasse nos marcos do modelo de desenvolvimento capitalista, o projeto reformista do governo intervinha em questões historicamente vitais para as classes dominantes brasileiras, tais como o latifúndio e a dependência do capital estrangeiro. Enquanto entidade representante dos pontos de vista tradicionais da direita, competia ao Ipês disputar o caráter das reformas, conferindo a elas um conteúdo social alinhado aos seus interesses.

A educação foi um dos objetos de análise nos Cadernos Nacionalistas. O quinto número lançado pela coleção se dedicou a apresentar o projeto reformista do Ipês para a educação superior no país.

Em *Reforma universitária*, o autor Antônio Carlos Pacheco e Silva – psiquiatra, empresário e vice-presidente do Ipês paulista – traça um diagnóstico das universidades brasileiras, apontando para a defasagem dos currículos e dos métodos pedagógicos vigentes em comparação aos “avanços da ciência e da tecnologia moderna”, bem como para a falta de recursos que tornava os laboratórios de pesquisa “obsoletos e anacrônicos”. Essa crise, segundo o autor, se agravava pelo comportamento dos próprios estudantes que, reunidos no movimento estudantil, se ocupariam mais de questões políticas e ideológicas que dos “deveres escolares”. De acordo com Pacheco e Silva (2015, p. 8), a recusa dos estudantes em “reconhecer a autoridade dos mestres” e “respeitar a hierarquia” implantaria a desordem, criando um “ambiente tumultuário e subversivo”.

A solução apresentada no texto passa pela promoção de uma educação técnica e utilitária, voltada à qualificação dos estudantes “para o melhor aproveitamento do curso e da aplicação do ensino na vida prática” (Pacheco e Silva, 1965, p. 4). Nesse sentido, a função primordial das universidades, segundo o ipesiano, seria não somente promover a reflexão ou o crescimento intelectual, mas profissionalizar e qualificar tecnicamente a mão de obra para renovação das fileiras empresariais e abastecimento dos quadros da indústria nacional em expansão.

Espinha dorsal das disputas político-ideológicas da época, a questão agrária também mereceu atenção especial nos Cadernos. O quarto volume da coleção – *O árduo caminho da reforma agrária* –



foi assinado por José Setzer, agrônomo e professor de geologia da USP responsável pela elaboração do anteprojeto de reforma agrária defendido pelo Ipês. Em essência, o texto defende a manutenção do latifúndio e o emprego do capital privado como soluções para o desenvolvimento do campo e para a industrialização e racionalização do plantio. Nas palavras do autor, as razões do atraso no campo se deviam à “ignorância”, ao “desleixo” e ao “nível cultural demasiadamente baixo” dos trabalhadores rurais brasileiros. Desse modo, dar terras a todos que vivem no campo equivaleria a “desorganizar e encarecer a produtividade agrícola, arruinando ainda o solo em um ritmo catastrófico” (Setzer, 1964, p. 17).

Conclui Setzer que se o povo “desistisse de uma vez de possuir terra própria seria melhor para o país e para ele mesmo, pois poderia morar na fazenda e, sendo trabalhador diligente e honesto, recomeçar a vida em bases mais saudáveis” (Setzer, 1964, p. 15). Assim, na utopia liberal propalada pelo autor, a parceria entre o latifundiário com “consciência social” e o trabalhador rural “diligente e honesto” traria benefícios para ambos os lados: ao passo que o primeiro desenvolveria a produção a partir de sua capacidade de investimento, melhorando a sua vida mas também a de seus empregados, o segundo cederia sua força de trabalho para adquirir benefícios que não possuiria por conta própria, caso fosse proprietário de algumas poucas terras.

A retórica da conciliação de classes, apresentada como solução técnica para a reforma agrária, servia, no final das contas, para justificar a manutenção do *status quo*. As terras devolutas já existen-

tes no país bastariam, na visão dos ipesianos, para solucionar todos os problemas sociais do campo, sendo apenas necessária a implementação de duas medidas pontuais: “1) campanha de educacional da roça e 2) planejamento do uso racional do solo” (Setzer, 1964, pp. 20-1).

Embora não seja compatível com nossos propósitos contrapor a posição do Ipês nos Cadernos Nacionalistas àquelas manifestadas pelo campo progressista por meio dos Cadernos do Povo Brasileiro<sup>6</sup>, não há como deixar de notar a assimetria entre o texto de Setzer, que deixa transparecer o caráter fundamentalmente antipopular e autoritário do projeto ipesiano, e o emblemático volume *Que são as Ligas Camponesas?*, no qual Francisco Julião, liderança das Ligas Camponesas, faz a defesa radical da eliminação do latifúndio e de uma reforma agrária profunda e popular.

Enquanto as proposições difundidas nas páginas dos Cadernos do Povo Brasileiro, produzidas em consonância com as teses do Iseb, buscavam fazer florescer as determinações de classe – de modo a favorecer a tomada de consciência e a organização das classes populares –, nos Cadernos Nacionalistas do Ipês acontecia justamente o contrário, ou seja, eram realizados esforços para mascarar essas determinações, de modo a favorecer os interesses dos latifundiários e do capital estrangeiro.

Desta forma, o discurso ipesiano se revestia de um verniz técnico, científico e apolítico, que apagava, no plano

---

6 Que já se encontram amplamente documentadas, estudadas e analisadas em pesquisas como a de Angélica Lovatto (2013).

da aparência, os interesses das classes dominantes presentes na formulação de suas diretrizes para o país, conferindo-lhes um marco de legitimidade. Mas um olhar mais atento revela que os anteprojetos das reformas de base elaborados pelo Ipês imprimiam ao modelo de desenvolvimento nacional traços de uma “modernização conservadora” (Moore apud Gorender, 1983) que, se por um lado buscava requalificar o Estado brasileiro e integrá-lo à ordem capitalista internacional, por outro, garantia que esse processo se desse sem a participação popular e as consequentes transformações mais profundas das estruturas de poder tradicionalmente estabelecidas.

De modo geral, as visões do Ipês também se caracterizavam por sua aliança ao latifúndio e ao imperialismo, isto é, pela aceitação da supremacia econômica, militar e cultural dos EUA e pela recusa de qualquer proposta que visasse, por exemplo, disciplinar a entrada do capital estrangeiro ou controlar a abusiva remessa de lucros para o exterior. Assim, muito embora o nacionalismo tenha sido adotado como *slogan* pelos Cadernos do Ipês e por inúmeros grupos anticomunistas brasileiros, os acontecimentos de 1964 deixaram patente que esse discurso tinha um caráter meramente retórico.

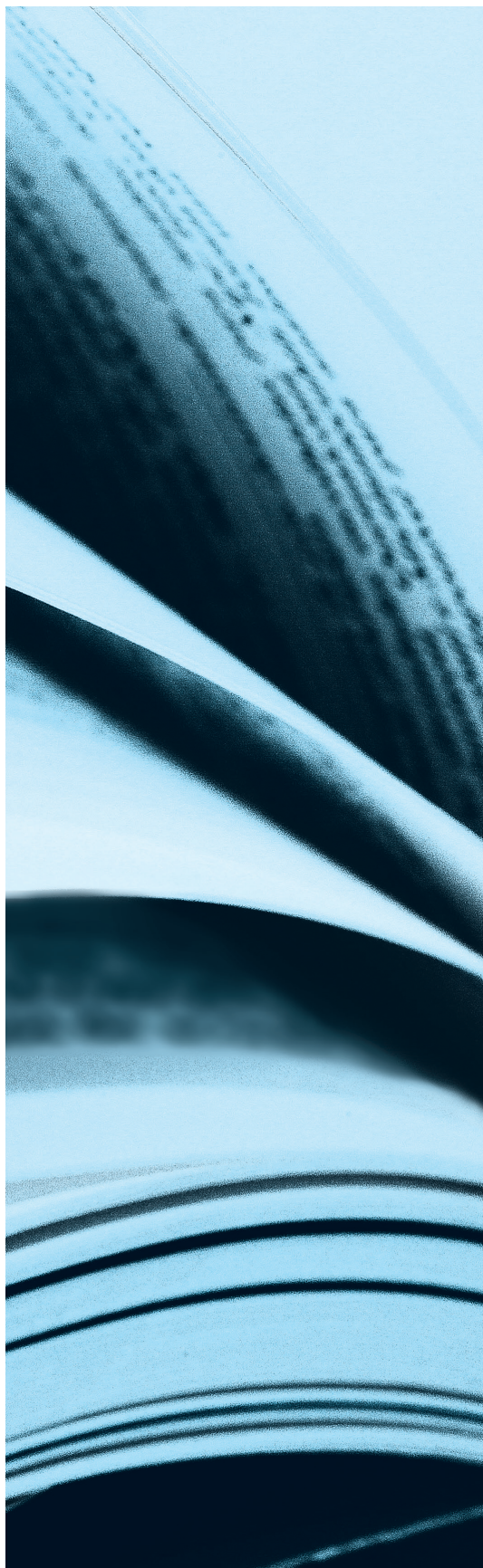
Por fim, vale também notar que as teses reformistas constituíram o lado positivo e programático da atuação do Ipês. Através delas, fica evidente que a elite empresarial-militar desenvolveu não apenas uma campanha estruturada para a tomada do Estado, mas também um projeto coerente e coeso para governar o país (Dreifuss, 1981). Isso se confirmou com

a chegada desse bloco ao poder, quando boa parte das propostas reformistas elaboradas nas estufas ideológicas do instituto foi adotada pelo novo regime. Um dos exemplos mais emblemáticos nesse sentido foi a aprovação, ainda em novembro de 1964, da Lei da Reforma Agrária (mais conhecida como Estatuto da Terra), cujo texto era amplamente baseado nas recomendações preparadas e divulgadas pelo Ipês ainda no período Goulart.

## A LUTA IDEOLÓGICA NO MERCADO EDITORIAL DA DÉCADA DE 1960

Da esquerda à direita, muitos editores encontraram em sua atividade uma forma de expressão política durante a crise que culminou no Golpe de 1964. A disseminação do pensamento político de esquerda entre os movimentos populares, artísticos e intelectuais do país durante o intervalo democrático de 1945 a 1964 resultou na formação de um significativo campo editorial progressista e em diversas inovações técnicas e materiais, cuja oferta visava corresponder à relevância das manifestações que agitavam a cena artístico-cultural da época e atender a uma procura estabelecida pela formação política nos partidos e movimentos sociais (Reimão, 2018). Como vimos anteriormente, teve destaque nesse campo a figura de Ênio Silveira, cuja política editorial abriu um importante canal de difusão para as teses dos intelectuais ligados ao projeto nacional-desenvolvimentista do Iseb.

A renovação editorial liderada por Ênio na Civilização Brasileira trouxe em seu bojo um projeto de popularização do livro,



orientado a fazer deste um produto destinado às massas (Lovatto, 2013). Para se ter uma ideia da disseminação desses empreendimentos editoriais, estima-se que os 28 volumes dos Cadernos do Povo Brasileiro, publicados entre 1962 e 1964, tenham ultrapassado a marca de um milhão de exemplares, atingindo um público amplo e variado. Esse número, segundo Lovatto (2013), classifica a coleção entre os maiores fenômenos editoriais do país no século XX.

Por esse alcance até então sem precedentes, os intelectuais e editores envolvidos nos projetos entraram na mira da repressão política. Durante a ditadura, Ênio Silveira “sofreu contínuos prejuízos financeiros e dilapidação do patrimônio, repetidas prisões e pelo menos uma tentativa de assassinato” (Hallewell, 2012, p. 588). Da mesma forma, os intelectuais ligados ao Iseb foram duramente perseguidos. Como consequência da campanha anticomunista liderada pelo Ipês, a ameaça representada pelo Iseb tornou-se tamanha aos olhos das classes médias conservadoras, que seu prédio foi invadido e depredado ainda em 1º de abril de 1964. Com efeito, o golpe de Estado também resultou na sua completa desintegração institucional.

Por outro lado, o engajamento do Ipês no processo que conduziu a este momento foi largamente recompensado. Quadros proeminentes do instituto ocuparam posições estratégicas em ministérios, empresas estatais e diversos órgãos públicos ao longo de todo o regime. Durante esse período, o Ipês se transformou em um importante mediador entre o Estado, no qual tinha seus colaboradores em cargos-



-chave, e os grandes interesses privados, dos quais seus membros eram representantes. Também continuou a atuar como um centro de debate e elaboração de diretrizes governamentais e teve implantada grande parte de seus programas de reformas administrativas, constitucionais e socioeconômicas.

As atividades anticomunistas tampouco cessaram após a vitória de 1964. O Ipês continuou a elaborar relatórios sobre a “ameaça vermelha” para círculos empresariais, militares e administrativos, de forma a justificar, por um lado, a “linha dura” da repressão<sup>7</sup> e, por outro, a necessidade contínua de contribuições financeiras à entidade, que foi extinta apenas em 1972.

A ação editorial do Ipês foi iniciada com o objetivo de se contrapor à crescente quantidade de “livros esquerdizantes” em circulação no início dos anos 1960. Nessa “batalha pelas mentes”, o instituto acumulou um vasto arsenal de publicações que atingiram diversas partes do território nacional e do exterior graças ao investimento e à colaboração dos órgãos diplomáticos estadunidenses e de dezenas de empresários do ramo editorial que aderiram ao projeto político do instituto, como foi o caso do editor Octalles Marcondes Ferreira<sup>8</sup>.

Contudo, o volumoso conjunto de publicações encorajado pela entidade não foi fruto de uma demanda do público leitor brasileiro, que, como fica patente pela experiência dos Cadernos do Povo Brasileiro, mostrava uma clara preferência pela produção de viés progressista e democrático. Fadados ao fracasso comercial, os livros da direita só se viabilizaram por conta dos incentivos de entidades ou pessoas interessadas politicamente em sua divulgação, o que reforça o caráter eminentemente propagandístico desse conjunto bibliográfico. Embora os Cadernos Nacionalistas tenham representado um esforço de apropriação e mimetização das formas de difusão do pensamento da esquerda, certamente faltava à coleção, tanto em seus aspectos formais quanto contedísticos, o brilho de intelectuais como aqueles do Iseb e de editores como Ênio Silveira.

Em última instância, pode-se afirmar que a relevância cultural ou intelectual da produção editorial do Ipês foi praticamente nula diante do esforço de interpretação teórica e de formação política da esquerda no período e, conseqüentemente, de sua “relativa hegemonia cultural” (Schwarz, 2009). Como aponta Toledo (2004, p. 31), logo após o golpe, “foram os livros e revistas da Editora Civilização Brasileira – graças ao arrojo e à coragem intelectuais de Ênio Silveira – que alcançavam reedições e sucesso de venda, não os panfletos e livros largamente financiados por empresários e pela Embaixada norte-americana”.

Apesar disso, os impressos promovidos pelo Ipês desempenharam naquele contexto uma função cujo valor histórico não pode ser imediatamente descartado

---

7 Há registros de que alguns membros do Ipês estiveram diretamente envolvidos no lado mais sórdido da repressão política e social, financiando aparatos de vigilância como o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e centros de tortura como a Operação Bandeirantes.

8 Cabe aqui considerar a ponderação de Vieira (1996, p.11), que circunscreve a colaboração de Octalles com o Ipês exclusivamente na área editorial, não tendo havido de sua parte “[...] um engajamento mais intenso na mobilização das forças conservadoras antes de 1964 e tampouco durante a ditadura”.

por nós. Embora as ideias difundidas nas páginas dos Cadernos Nacionalistas e dos Cadernos do Povo Brasileiro se distanciem radicalmente, os dois projetos editoriais convergiam quanto à intenção de incidir diretamente nas questões centrais em debate na sociedade daquele momento, fornecendo ao público leitor subsídios para intervenção prática e teórica na realidade. Parece clara a expectativa dos organizadores das coleções de que estas servissem como instrumentos de conscientização política e ideológica.

No plano formal, ambos os Cadernos se aproximavam pelo esforço de comunicação com um público amplo, materializado através de uma linguagem direta e acessível e pelo formato de bolso das publicações, que facilitava sua leitura e circulação. Também possuíam em comum o uso de estratégias de divulgação massiva em âmbito nacional, por meio da mobilização das bases sociais ligadas aos

projetos políticos em questão: no caso dos Cadernos Nacionalistas, a circulação dos materiais se beneficiou da cadeia de veículos de divulgação do Ipês, formada com o apoio e engajamento de líderes políticos, empresários e associações das classes dominantes localizadas em várias cidades do país; já os Cadernos do Povo Brasileiro tiveram grande alcance graças à articulação com os movimentos populares e, em particular, com os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), que levava a coleção às capitais e ao interior do Brasil.

Dessa forma, para além do conteúdo em si, um olhar para a materialidade das condições de produção e circulação dessas publicações pode ensejar uma leitura mais abrangente sobre a luta ideológica travada no contexto da década de 1960 e, em especial, sobre o tráfego que houve no plano simbólico e cultural entre os diferentes projetos colocados para o país.

## REFERÊNCIAS

- DJUROVIC, C. A. *Impressões da direita: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do Ipês (1961-1964)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2021.
- DJUROVIC, C. A. "O tradutor veste farda". *Blog-revista da GLAC*. 17/nov./2020. Disponível em: <https://www.glacedicoes.com/post/o-tradutor-veste-farda-camila-djurovic>
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- GORENDER, J. *A burguesia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, Edusp, 2012.
- INFILTRAÇÃO comunista no Brasil*. Cadernos Nacionalistas, n. 1. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964.
- INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Relatório de atividades do Ipês/GB*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1964a.
- INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Relatório do Ipês – 1964*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1964b.
- LOVATTO, A. "Um projeto de revolução brasileira no pré-1964: os Cadernos do Povo Brasileiro", in M. M. Deaecto; J.-Y. Mollier (orgs.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. São Paulo/Belo Horizonte, Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.
- OLIVEIRA, L. de. *Guerra Fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá, Eduem, 2015.
- RAVINES, E. *Estratégia e táticas comunistas para a América Latina*. Cadernos Nacionalistas, n. 6. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1965.
- REIMÃO, S. *Mercado editorial brasileiro* [recurso eletrônico]. São Paulo, ECA-USP, 2018.
- ROEPKE, W. *Como lidar com os comunistas*. Cadernos Nacionalistas, n. 3. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964.
- SCHWARZ, R. "Cultura e política, 1964-1969", in *Cultura e Política*. 3ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2009.
- SETZER, J. *O árduo caminho da reforma agrária*. Cadernos Nacionalistas, n. 4. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964.
- SILVA, A. C. P. e. *Reforma universitária*. Cadernos Nacionalistas, n. 5. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1965.
- SILVA, L. N. da. *Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.
- TOLEDO, C. N. de. "1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo". *Crítica Marxista*, v. 1, n. 19. São Paulo, Revan, 2004.
- VIEIRA, L. R. "Énio Silveira e a civilização brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil". *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 20, n. 2, jul.-dez./1996.